

CRISTINA ROBALO CORDEIRO
COORDENAÇÃO

TOLOGIA

FRANCOFONIAS EM DIÁLOGO

Dos anos 80
à atualidade

iu

FICÇÕES TRÂNSFUGAS¹

Richard Saint-Gélais

Richard Saint-Gélais é professor na Universidade Laval, no Quebec. Especialista do *nouveau roman* e de ficção científica, entre outros géneros de literatura popular e mediática, Saint-Gélais forjou a noção de ‘transficcionalidade’. Esta assenta na constatação de que a ficção excede as fronteiras textuais e de que os mundos ficcionais existem para lá dos textos que os instauram. *Fictions transfuges. La transfictionnalité et ses enjeux* é a sua obra principal. É aí que ele expõe a teoria da transficcionalidade, definindo-a como circulação de dados ficcionais, nomeadamente personagens, entre textos – no sentido lato de ‘texto’ compreendendo não apenas a literatura *stricto sensu* mas também outras materialidades e sistemas semióticos, por exemplo filmes, séries televisivas, bandas desenhadas, videojogos. A transficcionalidade constitui uma ferramenta indispensável para a análise das conexões intra- e intermediais que inscrevem a literatura na complexa paisagem cultural contemporânea, caracterizada pela porosidade das fronteiras entre artes, suportes e géneros, pelo hibridismo das práticas artísticas e pela hegemonia da imagem. Neste texto, extraído da introdução

¹ Richard Saint-Gélais (2011). *Fictions transfuges. La transfictionnalité et ses enjeux*. Paris: Seuil. Pages sélectionnées: pp. 7-11; 15-16.

de *Fictions transfuges*, Saint-Gélais circunscreve o domínio da transficcionalidade e explica a pertinência epistemológica do conceito, insistindo sobre o que o distingue de noções vizinhas como a hipertextualidade ou a intertextualidade e precisando a relação da transficcionalidade com a teoria da ficção.

(...) entendo por ‘transficcionalidade’ o fenómeno pelo qual pelo menos dois textos, do mesmo autor ou de autores diferentes, se referem conjuntamente a uma mesma ficção, seja por retoma de personagens, prolongamento de uma intriga prévia ou partilha de universo ficcional. Basta um momento de reflexão para entrever a amplitude e a variedade do domínio assim delimitado, onde encontramos sequelas e continuações (o segundo volume do D. Quixote, continuações de *Edwin Drood* que a morte de Dickens deixou inacabado...), reaparições de personagens como na *Comédia humana*, *spin offs* em televisão e noutros *media*, séries e ciclos, de *Sherlock Holmes* a *Harry Potter*, e muitas outras coisas mais. É minha convicção que há uma vantagem significativa a tirar da investigação conjunta destes fenómenos e que, para lá da heterogeneidade das práticas, se delineia uma problemática comum. A transficcionalidade põe em jogo e, por vezes, em crise as principais categorias a partir das quais pensamos os textos, a sua produção e a sua recepção. Quais são as modalidades, as condições de possibilidade e as consequências da dispersão de uma ficção para lá das fronteiras do texto? Quais são as suas relações com o estatuto e a autoridade do autor? Como se articulam narrativa e ficção numa relação transficcional? É legítimo falar de identidade quando se trata de instâncias (personagens, lugares, acontecimentos...) figurando em obras distintas por vezes até contraditórias?

Não creio que estas questões tenham recebido a atenção que merecem, o que é um sinal da flutuação conceptual que suscitam dispositivos como estes que aqui estudo. Num artigo sobre a metalepse,

Frank Wagner designa como ‘auto-intertextualidade’ o ‘retorno da bicicleta do *Voyeur* em *La maison du rendez-vous* de Alain Robbe-Grillet’ assim como ‘o eco dos golpes surdos do velho rei Boris (*Un régicide*) na diegese de *Souvenirs du triangle d’or*’ (2002:247). Brian T. Fitch descreve como ‘intra-intertextual’ a alusão, em *La Peste*, ao recente crime de Meursault e, portanto, a *L’étranger*. Para Janet Paterson, trata-se de um desdobramento semelhante ao que um romance como *Martereau* realiza à escala de um texto; próximas, na sua opinião, da *mise en abyme*, estas reduplicações ‘chamam a atenção para a literaridade do texto’ (1993:29). Em *Palimpsestes* (1982:11) Genette está (brevemente) inclinado a associar à paratextualidade uma interseção diegética entre dois romances de Giono; *Seuils* (1987) não voltará a esta variedade curiosa de paratextualidade. Tais designações têm a desvantagem de inserir os procedimentos numa tipologia das relações textuais em detrimento da sua dimensão ficcional, bem percecionada, no entanto, por Genette e por Fitch, mas cujas terminologias, arrumando estes dispositivos ao lado de outros como a autocitação ou o título, dificilmente apreendem. (...)

Os textos e as práticas de que aqui trataremos não são, pois, completamente desconhecidos (mas o leitor curioso não deixará por certo de fazer algumas descobertas), mas estão à espera de um conceito próprio. A título de exemplo, vamos pôr em perspetiva a transficcionalidade e uma noção vizinha, a hipertextualidade, tal como Genette a define em *Palimpsestes* (1982). A proximidade das duas noções é observável sobretudo sob o ângulo daquilo que, em termos lógicos, chamaremos as suas extensões respetivas, que apresentam uma interseção notável: as sequelas e as continuações são simultaneamente hipertextos e transfições. Mas há hipertextos não transficcionais (pastiches, paródias...) e, reciprocamente, transfições não hipertextuais. Não teria grande sentido ver em *Le Père Goriot* um hipertexto de *Gobseck* pelo facto do coronel Franchesini aparecer nestas narrativas de Balzac. A presença, entre muitas

outras personagens históricas ou imaginárias, de D. Quixote em *Terra Nostra* não faz deste romance de Fuentes uma imitação ou uma transformação do romance de Cervantes. (...)

Se transficcionalidade e hipertextualidade não cobrem exatamente os mesmos domínios, é porque estão associadas a propriedades, fenômenos e problemas diferentes. E também porque, para empregar mais uma vez os termos da lógica, a ‘compreensão’ das duas noções é diferente. A hipertextualidade é uma relação de imitação e de transformação entre textos; a transficcionalidade é uma relação de migração (com a modificação que daí resulta quase sempre infalivelmente) de dados diegéticos. É certo que esta migração repousa sobre relações entre textos. Mas estas relações inter- (ou hiper-) textuais são tendencialmente ocultadas, na medida em que o espaço no qual circulam as personagens e outros elementos diegéticos se dá como independente de cada uma das suas manifestações discursivas: a referência conjunta a um mesmo quadro – os ‘mundos’ de Robinson Crusóé, de Emma Bovary ou de Sherlock Holmes – cobre a relação entre textos sobre a qual se apoia. Daí a ligeira perturbação que suscita a presença em filigrana de Meursault e do seu crime em *La Peste*: o que, para nós, é uma intriga romanesca, alojada nas páginas de um outro livro, é tratada como um acontecimento real veiculado pela imprensa. Ler ‘transficionalmente’ um conjunto de textos é, portanto, colocar a seu respeito uma série de questões bem diferentes daquelas que são convocadas pela sua consideração sob o ângulo da intertextualidade ou da hipertextualidade. (...)

Terá assim ficado claro que esta iniciativa deve algo ao levantamento da ‘*moratória* formalista sobre as relações entre referência e ficcionalidade’. É a teoria da ficção que, admitindo a legitimidade destas questões, mostrando que elas nada têm de um regresso ao realismo ingênuo, abriu a via na qual esta obra se envereda. As vantagens a retirar são aliás recíprocas, no sentido em que, se a reflexão sobre a transficcionalidade só tem a ganhar com o sofisticado

aparelho conceptual da teoria da ficção, também esta, ao ser confrontada com os problemas particulares colocados pelas migrações transficcionais, ganha uma dimensão analítica ainda que um tanto imprecisa. Até a natureza dos debates clássicos desta teoria – sobre o estatuto das entidades fictícias e dos enunciados que lhes dizem respeito, sobre a completude dos mundos ficcionais, etc – fazem da teoria da ficção uma disciplina centrada sobre problemas fundamentais e de difícil aplicação porque eminentemente geral: para um adepto do modelo dos designadores rígidos ou da incompletude dos mundos ficcionais, estes são válidos para todos os nomes de personagens ou para o conjunto dos universos ficcionais, e são incapazes de distinguir, digamos, Roquentin do Horla ou a Ruritanie da Terre do Meio. A natureza genérica das teorias da ficção tende a fazer delas, para o especialista de literatura, um fermento de reflexões mais do que uma ferramenta de leitura e de análise. Ora a transficcionalidade é um dos lugares onde é possível articular conceitos gerais a dispositivos precisos com orientações variadas; dispositivos que, mais do que ilustrar o funcionamento ‘regular’ da ficção (um texto, uma diegese), o fazem vacilar à força de transbordamentos, de curto-circuitos, de conflitos entre variantes – e têm assim alguma chance de relançar a investigação teórica mais do que lhe oferecer um simples reportório de exemplos. Como perspetivar a identidade de personagens cujos atributos não são os mesmos de um texto para outro? ou a incompletude de uma ficção à qual uma narrativa ulterior vem acrescentar precisões e revelações? ou a autoridade de um texto, quando outras versões contestam a sua veracidade?

TRADUÇÃO E NOTA INTRODUTÓRIA DE
CRISTINA ÁLVARES
Universidade do Minho